



BASTA, TJRS! Revisão da Matriz Salarial, Já!

O Brasil sobe a rampa

Pág
02

Mobilização pela
reposição salarial

Pág
03

Teletrabalho e Tirinha

Pág
04

Basta, TJRS!

A Casa da Justiça vem há oito anos massacrando o poder aquisitivo dos servidores e servidoras, com uma perda salarial de mais de 60% neste período.

Não bastasse toda a injustiça já sofrida pelos trabalhadores do Judiciário, desde março de 2022 o Sindjus pauta a importância da revisão da matriz salarial. No entanto, o Tribunal de Justiça alega que ainda está realizando estudos sobre o tema.

Apesar da Administração se comprometer com a apresentação da tabela de correção, a pauta foi ignorada. Já se passou quase um ano de estudos e o que ouvimos do Tribunal foram palavras jogadas ao vento. Entretanto, neste mesmo período não foram poupados esforços para garantir verbas e valores retroativos para a magistratura.

O Sindjus não aceitará mais este tipo de descaso com os servidores. O índice de 32%, aprovado em Assembleia Geral e apresentado à Administração em junho de 2022, está dentro do orçamento do TJRS, tanto no que se refere à margem fiscal como na margem orçamentária.

A reconfiguração da matriz salarial é urgente e a única forma de encerrar o ciclo de precariedade financeira vivenciado há oito anos pelos servidores ativos e aposentados. Caso a Administração continue ignorando a situação de calamidade financeira da categoria, os servidores e servidoras devem discutir a possibilidade da decretação do movimento paredista. Até lá, o Sindjus seguirá percorrendo as Comarcas e dialogando com a base sobre esta construção.

EXPEDIENTE

LUTAR É PRECISO

JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO RS

CONSELHO EDITORIAL:

Marco Aurélio Velleda (Diretor de Imprensa e Divulgação), Juliana Campani (MTB 15.501) e Joice Proença (MTB 16.383)

Projeto Gráfico e Diagramação:
Grupo REC

Tiragem:
3.000 exemplares

A eleição e posse de Luiz Inácio Lula da Silva já começa a produzir efeitos positivos na política internacional brasileira. Durante o governo Bolsonaro, após ataques a chefes de Estado, condução criminosa da pandemia e destruição ambiental, o Brasil passou da condição de país reconhecido e respeitado à de pária internacional. Com o resultado das eleições, a boa imagem externa construída por Lula durante os oito anos na presidência produziu resultados imediatos.

Entre os pontos altos, está o convite para a COP27, antes mesmo da diplomação; a retomada das doações ao Fundo Amazônia por parte da Noruega, com destinação previstas de R\$ 2,5 bilhões para a preservação ambiental da região; o restabelecimento

das relações com países importantes, como a França e a prestigiada posse do presidente, que contou com a presença de 30 chefes de Estado, 65 delegações estrangeiras dos cinco continentes e 23 organizações internacionais.

O Brasil está novamente de portas abertas e disposto a retomar seu lugar como uma das principais economias do mundo.



Foto Ricardo Stuckert

Nacional O BRASIL SOBE A RAMPA

Governo Lula será de desafios nas áreas social e econômica



Foto: Tânia Rego/Agência Brasil

A eleição de Luiz Inácio da Lula da Silva representou o retorno da civilidade e dos princípios do Estado Democrático de Direito ao governo federal. Desde o anúncio da vitória, o ambiente político do Brasil mudou. Se de um lado ocorrem movimentos terroristas e a tentativa de um golpe de Estado, do outro o tempo é de esperança.

De forma histórica e emocionante, Lula tomou posse subindo a rampa do Palácio do Planalto de mãos dadas com pessoas que representam a diversidade do povo brasileiro. A imagem que percorreu o mundo é o símbolo de um novo momento político e do lugar de protagonismo que as demandas sociais mais urgentes vão ocupar no terceiro mandato do presidente.

No entanto, a vitória construída a partir de uma necessária frente ampla também vai cobrar seu preço. Apesar do avanço da representatividade na nova composição do Senado e da Câmara, a busca pela governabilidade em meio a um Congresso Nacional com composição conservadora e de extrema-direita, fez com que partidos da direita, como MDB e União Brasil, ocupassem cargos e ministérios.

Soma-se à conjuntura o cenário de terra arrasada encontrado após o catastrófico governo Bolsonaro, com uma lei orçamentária

(para ser executada em 2023) que inviabiliza o funcionamento do Estado brasileiro com cortes de recursos em áreas essenciais, como é o caso da saúde, cujo valor destinado é R\$ 21 bilhões a menos que em 2022.

Outro ponto são os ataques à democracia, representados pela invasão golpista e terrorista do dia 8 de janeiro, na Praça dos Três Poderes. Apesar da forte resposta institucional, com prisões e investigações céleres, não podemos ignorar que os movimentos golpistas seguem articulados em diversos pontos do país. Nosso desafio urgente é garantir a democracia, fortalecendo as instituições e encontrando e punindo todos os organizadores e financiadores das tentativas de golpe.

O que se desenha é um 2023 com muitas dificuldades, seja na defesa do Estado Democrático de Direito ou na disputa por recursos. Por isso, na mesma medida em que é necessário compreender que a situação econômica e social não deve melhorar da noite para o dia, também precisamos nos manter vigilantes e atuantes para assegurar investimentos nas políticas essenciais e nos serviços públicos, para que assim, de fato, a vida do povo brasileiro possa ser transformada novamente.



**VALORIZAR O
SERVIÇO
PÚBLICO
É GARANTIR
DIREITOS
AO POVO**

SINDJUS RS

OITO ANOS DE CONGELAMENTO SALARIAL

Revisão da Matriz Salarial

A situação dos servidores ativos e aposentados do Judiciário após oito anos do último reajuste concedido pelo Tribunal de Justiça (TJRS) é insustentável.

Desde março de 2022, o Sindjus está pautando junto à Administração a urgência da revisão da matriz salarial, já que somente com a recomposição dos vencimentos básicos é possível contemplar os aposenta-

dos, que vivem em uma situação de grande precariedade.

Ao longo de todo 2022, a revisão da matriz salarial foi a pauta prioritária do Sindicato, além da campanha da "Desigualdade: quando ela aumenta, a justiça diminui", em dezembro reforçamos a pressão, expondo as dificuldades financeiras, especialmente dos aposentados.

Os oito anos de congelamento salarial, somado à articulação do TJRS para garantir a

automaticidade para os magistrados resultou em uma Assembleia Geral, no dia 8 de dezembro, com a aprovação da construção do movimento grevista, caso a Administração siga ignorando a demanda urgente pela revisão da matriz.

O prazo está se encerrando. Por isso, convocamos os trabalhadores ativos e aposentados para a próxima Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em março com indicativo de greve.

Plano de Carreira: revisão precisa contemplar ajustes nas progressões

Após 40 anos de lutas, os servidores e servidoras da Justiça conquistaram o tão sonhado plano de carreira, instituído pela Lei 15.737/21. Na época da construção do PCCS, diversas questões legais (como a Lei Mansueto) impediram o avanço de temas importantes referentes à questão remuneratória.

No entanto, conforme previsto na legislação, a revisão do plano de carreira pode ser feita em até três anos. Em outubro, o Sindjus realizou uma plenária virtual para debater o tema e abriu um canal para a apresentação de propostas.

É essencial que o Sindicato e os trabalhadores pautem a Administração na elaboração de propostas para os temas que são essenciais, como as progressões, que, apesar de serem a materialização do plano

de carreira, precisam urgentemente de mudanças, com a alteração dos critérios subjetivos, a possibilidade de avanços para todos que obtiverem o conceito satisfatório e a preparação por parte do TJRS para os gestores.

O Sindjus colocou a assessoria jurídica à disposição dos sindicalizados para a elaboração dos recursos e está atuando junto ao Tribunal pela instituição do GT da Revisão do Plano de Carreira.

Revisão Geral Anual

A Revisão Geral Anual é uma previsão constitucional, de atribuição exclusiva do chefe do Poder Executivo, no caso o governador, para repor as perdas inflacionárias dos servidores públicos. Esta seria uma das formas de reparar as injustiças com os trabalhadores ativos e aposentados, que há anos sofrem com o congelamento salarial.

No entanto, durante os quatro anos de governo Leite, a regra constitucional foi aplicada apenas em 2022, quando os trabalhadores e trabalhadoras tiveram somente 6% de reajuste, pouco mais que a metade da inflação de 2021 (10,06%).

Na época, de forma unificada os servidores do sistema de Justiça travaram uma grande luta pelo direito à revisão geral, mas o governo tucano negou o direito de recomposição do poder aquisitivo.

No entanto, esse mesmo governo não hesitou em efetivar, no dia 20 de dezembro de 2022, após eleito, a recomposição dos vencimentos do governador (32%), do vice-governador (47%) e dos deputados estaduais (16%). Todos os índices acima da inflação de 2021.

Para conceder reajuste àqueles que já recebem altos salários, o Estado não teve dificuldades financeiras. Por isso, agora os trabalhadores e trabalhadoras precisam unir

forças, através da Frente dos Serviços Públicos (FSP), para exigir a revisão geral no índice igual ao do vice-governador ou no mínimo o mesmo concedido aos deputados. Essa será a luta a partir de fevereiro: reivindicar valorização e respeito do governo e dos parlamentares!



CONVÊNIOS

O Sindjus está ajustando os contratos antigos e firmando novos convênios para oferecer aos sindicalizados. Acompanhe as

nossas redes sociais e em breve serão divulgadas as novidades!



TELETRABALHO:

Sindicato acompanha mudanças sobre regime e reivindica participação efetiva no debate

A direção do Sindjus tem acompanhado junto ao Tribunal de Justiça (TJRS), por meio da Comissão de Gestão do Trabalho, as definições sobre o teletrabalho e buscado incidir sobre a construção de alternativas e encaminhamentos para sanar as principais dificuldades apresentadas pelos servidores em relação ao tema.

Diversos assuntos trazidos pela categoria foram tratados no final de 2022, na primeira reunião da Comissão, na qual o Sindicato foi representado pelo Diretor de Assuntos Jurídicos e Relações de Trabalho, Emanuel Dall' Bello, titular na comissão, e pelo Secretário-Geral, Fabiano Zalazar. Na ocasião, foram debatidos os desdobramentos das determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabeleceu no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça um grupo de trabalho para acompanhar o retorno ao trabalho presencial no Judiciário.

Entre outras ações, o CNJ estabeleceu, a partir da efetivação do retorno, o limite de 30% do quadro em regime de teletrabalho, o que é questionado pelo sindicato e está sendo trabalhado pela Fenajud em âmbito nacional junto ao CNJ, reivindicando participação na comissão criada no órgão.

Outros temas foram abordados pela direção sindical a partir dos relatos, dúvidas e críticas apresentadas pela categoria. Como o processo de elaboração das metas e seu excesso; o produtivismo, que afeta a qualida-

de do trabalho; as demandas irregulares em horário noturno e finais de semana foram alguns dos graves problemas relatados.

Em relação à saúde mental e jornada, são apontados reiteradamente os problemas, especialmente quanto à instabilidade do sistema e-proc, que exige das pessoas levem mais tempo para executar uma tarefa do que o previsto, estendendo sua jornada, assim como os entraves no suporte técnico à categoria.

Sobre saúde física e ergonomia, a demanda é principalmente por equipamentos adequados, a fim de garantir a qualidade e segurança apropriada para as atividades, tanto presencialmente quanto para os servidores em teletrabalho. De acordo com os magistrados titulares da comissão, estão sendo adquiridos cerca de 5.000 (cinco mil) ultrabooks para os servidores e novas cadeiras ergonômicas para as comarcas.

A fim de buscar a construção alinhada aos interesses da categoria, o Sindjus solicitou acesso aos estudos visando alterações na regulamentação do teletrabalho no âmbito do TJRS, para também fazer contribuições e garantir os direitos dos servidores.

O diretor do Sindjus e Coordenador Regional Sul da Fenajud, Emanuel Dall' Bello, ressalta que o Sindicato tem acúmulo e



estudos sobre o tema: "A diretoria e as assessorias técnicas estão preparadas para atuar de forma efetiva na Comissão para construir soluções neste período delicado e instável de transição tecnológica. Acima de tudo, deve ser respeitada a saúde e a qualidade de vida das trabalhadoras e trabalhadores, o que será cobrado tanto do TJRS quanto do CNJ", destaca o dirigente.



JURÍDICO

O departamento Jurídico do Sindjus/RS está à disposição para assistência e orientação sobre processos administrativos e judiciais e demais questões legais nas relações de trabalho, com apoio técnico do escritório Castro, Osório e Pedrassani (COP Advogados). Este serviço é exclusivo para trabalhadoras e trabalhadores filiados ao Sindjus/RS. Para mais informações, a Diretoria de Assuntos Jurídicos disponibiliza o email juridico@sindjus.com.br

É o sindicato em ação pela categoria. Filie-se!



RESPEITO A QUEM DEDICOU SUA VIDA AO PODER JUDICIÁRIO

Após mais de 35 anos de trabalho, quando as servidoras e servidores têm seu direito à aposentadoria, o prêmio que recebem é o desrespeito das sucessivas gestões do Tribunal de Justiça.

Em 2019, os aposentados tiveram um aumento da contribuição previdenciária, instituída pelo governo Leite, ao mesmo tempo em que estão há oito anos sem reajuste nos seus salários por parte das Administrações do TJRS. A revisão geral que é a recomposição da inflação pelo governo e bem como a revisão da matriz salarial da Lei 15.737/2021 são bandeiras a ser empunha-

das pelos aposentados. Só assim a sua dignidade e respeito poderão ser retomados.

Por isso, a direção do Sindjus está atuando, junto com a Frente dos Servidores Públicos (FSP), pela revogação da reforma previdenciária, pela recomposição do básico e a valorização daqueles que por anos se dedicaram a fazer do Judiciário gaúcho um dos melhores do país. Por isso, convocamos as aposentadas e os aposentados para participarem das atividades do Sindjus que serão realizadas nas comarcas nos meses de fevereiro e março e somarem força na Assembleia Geral de início de ano.

